ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Autor[1] Adriane Vidal Vaz
Co-autor[2] Daniel de Oliveira

Eixo 06: Ciências da Natureza e Diversidade: Relações entre ensino de Ciências e temas transversais; Ensino de Ciências e educação especial; Gênero e Sexualidade; Educação indígena; Educação quilombola; Educação popular, educação do campo e de demais grupos sociais específicos.

Resumo: Este estudo apresenta uma breve revisão de concepções e práticas relativas à deficiência intelectual, mostrando algumas das dificuldades e possibilidades para inclusão escolar. Tem como objetivo analisar o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual na educação básica, descrevendo e compreendendo as principais características da deficiência intelectual em relação às perdas cognitivas e adaptativas, pois é um dos transtornos neuropsiquiátricos mais comuns em crianças e adolescentes atendidos nas escolas especiais e nas redes regulares de ensino. Quanto ao ensino escolar de alunos com deficiência intelectual, surgem questões sobre possibilidades de práticas pedagógicas. Este estudo procura esclarecer alguns questionamentos de pais e professores como as possíveis causas da deficiência intelectual, características, síndromes associadas, formas de tratamento, pois quanto mais cedo o diagnóstico é feito, melhores serão as condições de intervenção, de identificação das habilidades e de controle da ansiedade dos pais. Visto que, pais, professores e pesquisadores têm apresentado grande preocupação em relação a educação inclusiva e a deficiência intelectual, entretanto, para que a inclusão seja efetivada é preciso que ocorram transformações estruturais no sistema educacional.

Palavras-chave: deficiência intelectual; inclusão escolar; educação especializada.

INTRODUÇÃO

Este estudo traz concepções sociais e práticas relativas à deficiência intelectual, caracterizando e mostrando alguns dos obstáculos e possibilidades para inclusão escolar. Procura descrever e compreender as características da deficiência intelectual em relação às perdas cognitivas, ou seja, funções intelectuais e adaptativas, que são as funções sociais, emocionais e práticas, para, então, definir as possibilidades da prática pedagógica dentro do contexto educacional.

[1] *Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino das Ciências da Universidade Unigranrio* adriane.vidal@hotmail.com

[2] *Professor do Programa de Pós-Graduação em Ensino das Ciências da Universidade Unigranrio* daniel.oliveira@unigranrio.edu.br

A pesquisa tem como objetivo analisar o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual na educação básica, identificando as principais dificuldades acadêmicas, desconstruindo a visão estereotipada de incapacidade, de dependência e de limitação que durante muito tempo marcou – aberta ou veladamente – o tratamento concedido a esses alunos, apontando possibilidades de ação em relação ao quadro geral e comum, destacando a importância de estudos que evidenciem recursos para o ensino escolar efetivo e para que o bem-estar geral do indivíduo seja alcançado.

Duarte (2018), diz que para que o diagnóstico de deficiência intelectual seja elaborado é preciso verificar o nível das funções adaptativas nos domínios social, conceitual e nas habilidades práticas. Os níveis de severidade leve, moderada, grave e profunda, são baseados nos três domínios do comportamento adaptativo. Sendo comportamento adaptativo a reunião de habilidades conceituais, sociais e práticas que foram aprendidas pelas pessoas para exercerem suas funções diárias. A deficiência intelectual (DI) é uma condição clínica caracterizada por limitações presentes no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo expresso, como habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas, cujas limitações costumam ocorrer antes dos 18 anos.

Dias e Oliveira (2013), dizem que as deficiências de uma forma geral podem ser físicas, sensoriais ou intelectuais. Cada uma com especificidades que são definidas por um conjunto de fatores interligados, tais como a estrutura da deficiência, a constituição orgânica e subjetiva da pessoa, suas vivências e condições socioambientais. Ao enfatizar a educação inclusiva, a escola colabora para a melhoria da qualidade de vida e do acesso à cidadania de pessoas com deficiências, na sociedade. Comparada a outras deficiências como as motoras, sensoriais ou de comunicação, a deficiência intelectual que ocorre com o indivíduo não sindrômico, encontra-se em situação de invisibilidade, sendo assim é atribuída à pessoa com deficiência intelectual uma cognição infantil, que contribui para exclui-los do direito a uma vida adulta autônoma e cidadã.

Cabe salientar algumas questões mais específicas e conceitos chave do cotidiano em relação às Pessoas com Deficiência (PCD), pois, perante à lei brasileira, todas as pessoas com deficiência ou doença rara têm direito à igualdade de oportunidades, assim como qualquer outra pessoa.

Sendo assim, a Política Nacional para a Inclusão da Pessoa com Deficiência compreende o conjunto de orientações normativas que asseguram os direitos individuais e

sociais das pessoas com deficiência. Dentre elas, merecem destaque a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ratificada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, e promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI - Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015).

A Convenção considera pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

A fim de proporcionar autonomia e mobilidade, para que pessoas com deficiência possam usufruir dos espaços e das relações com mais segurança, confiança e comodidade, destaca-se a acessibilidade em espaços de uso público, espaços edificados de uso público, acessibilidade em espaços urbanos. Além da educação inclusiva e da inclusão no ambiente de trabalho.

A Portaria Interministerial nº 323/2020 dispõe sobre os procedimentos que deverão ser adotados pelos órgãos e entidades da administração pública federal, sobre a situação de acessibilidade nos imóveis de uso público. Incluindo a existência de pelo menos 2% do total de vagas de estacionamento às pessoas com deficiência perto do acesso aos prédios, o rebaixamento de calçadas e a retirada de barreiras nas proximidades dos edifícios.

A Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, art.5°, reserva um percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e define os critérios para sua admissão. Em concursos públicos federais, até 20% das vagas são reservadas às pessoas portadoras de deficiência.

Em julho de 1991, a legislação brasileira aprovou a Lei 8.213, mais conhecida como Lei de Cotas. A Lei aplicou a obrigatoriedade de empresas com mais de 100 funcionários reservarem entre 2% a 5% de suas vagas para PCDs. A cota depende do número geral de empregados que a empresa tem no seu quadro.

De acordo com Santos (2012), a didática no ensino do aluno com deficiência intelectual precisa ser específica não só em relação às peculiaridades do quadro da deficiência de cada sujeito, mas também em relação à sua individualidade. Pois, ainda que a deficiência intelectual consista em um desenvolvimento neurológico deficitário, que não permite uma reversão completa, avanços escolares são possíveis.

ENSINO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Conforme Castro, Almeida e Ferreira (2010), o comportamento do indivíduo está profundamente ligado ao processo de aprendizagem, sendo assim, é fundamental que o ensino escolar não privilegie a aquisição formal de conhecimentos, na qual é utilizada a estratégia de transmissão ou explicação de conteúdos. O professor precisa criar condições para que o aluno receba as informações, assimile e consiga aplicar em situações práticas, seja por experiência ou por associação com situações vividas. Ainda que o professor possa fazer muito no ensino escolar de alunos com deficiência intelectual, devido ao grau de limitação neurológica, alguns conteúdos e objetivos educativos específicos serão inatingíveis, mesmo nos casos em que há um nível moderado de limitações. Logo é preciso que seja priorizado o conhecimento que pode ser assimilado pelo aluno, pois, se não houver assimilação, não haverá aprendizagem, memorização e, consequentemente, recuperação e aplicação.

Os autores dizem, ainda, que é preciso planejar atividades mais tranquilas nos momentos de maior enfoque nos conteúdos curriculares, que utilize momentos de descanso com duração de tempo necessária de acordo com as particularidades do aluno, de modo a permitir uma maior tranquilidade. Devido ao prejuízo na atenção dos alunos com deficiência intelectual é importante utilizar comandos para chamar a atenção apenas nos momentos em que se fizer necessário, evitando sua apresentação constante; é preciso que o professor leve o aluno a pensar e verbalizar sobre o que está sendo transmitido, pois, na deficiência intelectual, o processamento da informação ocorre mais por recepção do que por ativação - o raciocínio lógico é possível desde que seja estimulado para isso.

Para que a aprendizagem seja concretizada é preciso que o professor trabalhe a memória associativa, utilizando informações contextualizadas. Assim, o uso de conhecimentos a partir do concreto não se restringe à dimensão física; pois, mesmo sendo utilizadas estratégias que favoreçam a transferência de um conteúdo, para que a compreensão seja permanente e para que ocorram generalizações, certas repetições do conteúdo deverão ser estabelecidas para que a memorização ocorra, pois quanto maior o comprometimento (déficit), maior é a necessidade de repetições.

A estimulação adequada é importante para que ocorra o aprendizado e também para incitar a curiosidade do aluno, a fim de gerar um repertório permanente de iniciativa e

exploração ativa para o aperfeiçoamento da capacidade expressiva oral do repertório verbal e da organização do pensamento, por meio de apresentação de relatos subjetivos, apresentação de perguntas durante a aula, descrição de imagens, uso de linguagens variadas etc. Para que o aprendizado seja concretizado é preciso que o professor selecione conteúdos curriculares mais relevantes e passíveis de efetiva compreensão, ou seja, que haja adaptação curricular.

É importante motivar o aluno reconhecendo os conhecimentos que ele já possui, e assim, criar vínculo com o professor, o qual está partilhando de aspectos pessoais do aluno. Que seja valorizada a prática do brincar, a qual consiste em uma abordagem natural para o desenvolvimento humano, favorecendo o pensar e o fantasiar, até porque pessoas com deficiência intelectual apresentam déficit de abstração e contato com a realidade objetiva. E ainda, utilizar recursos para o incentivo e a evolução da escrita, pois o treino da escrita precisa ser organizado de forma que a atividade seja reconhecida como fundamental para a vida diária.

De acordo com Smith e Strick (2008), é preciso que se estabeleçam instruções diretas sobre comportamentos considerados adequados no ambiente escolar e social, a fim de que haja aprendizagem de regras comuns para o convívio coletivo. Algumas evidências sobre problemas de comportamento de crianças que possuem alguns tipos de transtorno ou deficiência intelectual indicam a permissividade e até a indiferença de professores e pais em relação aos comportamentos considerados socialmente inadequados.

Segundo as autoras é importante que sejam utilizadas atividades em blocos para que o aluno siga uma única instrução e não tenha outros elementos que desviem sua atenção, assim, consiga concluir toda atividade e prosseguir para as demais, recebendo o reforço imediato; é preciso promover não só a minimização das dificuldades, como o desenvolvimento de novas habilidades e o aperfeiçoamento de habilidades positivas que o aluno já possui. Vale salientar que comportamentos desejados para alunos com deficiência intelectual como: atenção, escrita, leitura, uso dos materiais escolares, participação nas brincadeiras, são favorecidos pelo convívio com modelos de comportamentos de alunos sem a deficiência. Esse é um dos principais aspectos que justificam a educação inclusiva, em comparação ao argumento de ser mais favorável o aprendizado de alunos com deficiência intelectual em salas de ensino especializado do que em salas de ensino regular.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa em andamento realizada de forma qualitativa, descritiva e bibliográfica (Gil, 2008), partindo do levantamento de produções científicas que discorrem sobre o fenômeno da inclusão de crianças com deficiência intelectual na Educação Básica, suas expectativas de desenvolvimento e dificuldades de inclusão. Foram pesquisados artigos publicados nos anos de 2006 a 2019, disponíveis nos bancos de dados Educapes, Scielo e Google Acadêmico.

Foi utilizado o método dialético, de acordo com Silva (2006), por possibilitar a análise da inclusão escolar em um contexto mais abrangente, diante das contradições deste fenômeno social. E ainda, estudando as dificuldades enfrentadas por professores, familiares e alunos, como reagem e identificam o problema a ser tratado e se há mudanças tanto no comportamento quanto no aprendizado dos alunos em turmas regulares e turmas especiais.

Neste estudo serão utilizadas pesquisas da autora Regina Beltrão Duarte, psicóloga e neuropediatra, cujos principais temas de investigação incluem deficiência intelectual, neurociência, neuropsicologia e questões psicossociais, que se expressam em sua produção científica, discorrendo sobre o tema com clareza, trazendo informações relevantes e complexas de uma forma organizada, simples e de fácil compreensão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Duarte (2018), quanto mais cedo o diagnóstico da DI for feito, melhores serão as condições de intervenção e de identificação das habilidades, maiores possibilidades de aceitação da criança na comunidade e controle da ansiedade dos pais. Quanto as características, não há alterações físicas específicas nos casos de deficiência intelectual, mas algumas particularidades podem ser observadas em bebês, como a falta de resposta a estímulos visuais e auditivos, alterações posturais e dificuldades na alimentação.

A DI grave é geralmente identificada em torno dos 3 anos de idade. No caso de DI leve, o diagnóstico costuma ser mais tardio, surgindo nos primeiros anos escolares, nos quais a criança não consegue acompanhar as demandas acadêmicas ou sociais típicas da idade; e, posteriormente, são observadas as limitações da criança conforme as demandas escolares oferecidas.

Em adolescentes, a DI leve não é facilmente identificada e muitos casos são diagnosticados como transtornos de aprendizagem como dislexia, por exemplo ou mascaram o comportamento, sendo rotulados de “agressivos” ou “incompetentes”. No caso de síndrome genética, como a de Down, os sinais clínicos clássicos demonstram a causa da DI, mas outros sinais indiretos também levam a suspeita clínica, como no caso da micro ou macrocefalia.

Duarte (2018), diz que outras patologias geralmente acompanham a DI, como a paralisia cerebral, epilepsia, autismo, entre outras. Outra causa de deficiência intelectual, no caso de meninas, é a síndrome de Rett, ocorrendo os primeiros sintomas entre 6 a 18 meses do desenvolvimento infantil, período no qual a criança apresenta perda da fala, movimentos estereotipados das mãos, crises epilépticas e alterações respiratórias, podendo evoluir para alterações motoras como no caso do comprometimento da marcha. As crianças com DI grave ou profunda normalmente necessitam de cuidados mais precoces, pois apresentam comprometimento clínico, algumas com distúrbios psiquiátricos e de comportamento, e isso leva o clínico a pensar em um atraso cognitivo global.

Os pacientes com DI leve, muitas vezes, apresentam dificuldades no diagnóstico e precisam ser encaminhados para avaliações com alguns profissionais, quando, então, passam a apresentar problemas acadêmicos. Pois é difícil diferenciar DI leve de transtornos de aprendizagem e, geralmente, as queixas mais frequentes dos pais são atraso na fala, baixo rendimento escolar e alterações no comportamento. Nos transtornos de aprendizagem ocorre um comprometimento significativo na habilidade escolar específica, seja na leitura, escrita ou matemática, como dislexia e discalculia, por exemplo.

Duarte (2018), diz que crianças com DI, frequentemente, apresentam também outros quadros clínicos, como distúrbios visuais, auditivos, ortopédicos, comportamentais e emocionais. Alguns desses déficits são detectados mais tardiamente, e se não forem tratados, podem potencialmente afetar o desempenho do indivíduo, sendo algumas vezes mais graves que a própria deficiência intelectual. Dentre os problemas mais comumente associados à DI estão a deficiência motora, as crises epilépticas, os distúrbios de comportamento e os quadros emocionais. Quanto maior o grau da deficiência intelectual, maior a quantidade de patologias associadas e a gravidade delas.

Como resultado desse estudo é esperado que profissionais da educação adquiram conhecimentos básicos sobre a deficiência intelectual, e assim possam identificar as principais dificuldades acadêmicas encontradas por alunos com deficiência intelectual,

consigam analisar o processo de inclusão escolar na educação básica e se conscientizem quanto a importância do seu papel no processo de ensino-aprendizagem desses alunos que são público alvo da educação especial.

CONCLUSÃO

São componentes essenciais para uma avaliação de DI, uma investigação da história pré, peri e pós-natal do paciente, que seja extensiva à família, exame físico completo e exame neurológico. É fundamental para o diagnóstico em diversos casos de DI, o acompanhamento do paciente ao longo dos anos, com avaliação física e comportamental associada aos testes neuropsicológicos e ao aconselhamento genético que auxiliam no tratamento e prognóstico.

As causas de DI podem ser genéticas ou ambientais e, apesar de técnicas modernas, muitas causas ainda não são identificadas. Porém quanto mais precoce o diagnóstico e início da estimulação cognitiva, maiores serão as probabilidades de desenvolvimento favorável.

Sabe-se que uma das características da capacidade humana é a possibilidade de mudança, assim o constante desenvolvimento e a aprendizagem são possíveis em casos de deficiência intelectual, através de práticas de ensino e estimulação próprias a cada limitação e a cada potencialidade do aluno com deficiência intelectual, torna-se possível atingir objetivos escolares fundamentais, o que não significa que o quadro de deficiência intelectual possa ser completamente revertido, dada sua determinação neurológica fundamental. Entretanto, a escolarização constitui um processo fundamental para a máxima formação humana e social, não podendo ser negada a nenhuma pessoa, mesmo em casos de grave comprometimento funcional e/ou estrutural.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Sandra Maciel. Educação inclusiva e deficiência intelectual: reflexões necessárias. **Revista Gepesvida**. Número 9. Volume 1 – 2019-2 ISBN: 2447-3545- 2019. Disponível em: http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida. Acesso em: 12 mar. 2022.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 186**, de 9 de julho de 2008. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Senado Federal, Brasília, DF, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 6.949** de 25 de agosto de 2009. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Presidência da República, Casa Civil, Brasília, DF, 2009.

BRASIL. **Lei nº 13.146** de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI). Congresso Nacional, Brasília, DF, 2015.

BRASIL. **Lei Federal nº 8.112** de 11 de dezembro de 1990. Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Presidência da República, Casa Civil, Brasília, DF, 1990.

CASTRO, José Carlos V.; ALMEIDA, Maria Josilane M.; FERREIRA, Vanessa Queiroz. **Os benefícios das intervenções pedagógicas para o desenvolvimento cognitivo do estudante com déficit intelectual**. In: Anais das Jornadas de Pós-Graduação da Faculdade Integrada Brasil Amazônia - FIBRA, n. 3, p. 21-33, set. Belém: 2010.

DIAS, Sueli de Souza; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de. Deficiência Intelectual na Perspectiva Histórico-Cultural: Contribuições ao Estudo do Desenvolvimento Adulto. **Rev. Bras**., Ed. Esp., Marília, v. 19, n.2, p. 169-182, Abr.-Jun., 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/a/HQwb73v6jhsrVZdwJfhXvhc/?lang=pt. Acesso em 12 mar. 2022.

DUARTE, Regina Célia Beltrão. Deficiência intelectual na criança. **Residência Pediátrica**; Belém – PA, 2018. Disponível em https://cdn.publisher.gn1.link/residenciapediatrica.com.br/pdf/v8s1a04.pdf. Acesso em 01/11/2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

SANTOS, Daísy Cléia Oliveira dos. Potenciais dificuldades e facilidades na educação de alunos com deficiência intelectual. **Educação e Pesquisa.** Vol.38, n.4, pp.935-948, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1517-97022012000400010. Acesso em 12 mar. 2022

SILVA, L. M. da. O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 424-434, 2006.

SMITH, Corinne; STRICK, Lisa. **Dificuldades de aprendizagem de A a Z:** um guia para pais e educadores. Porto Alegre: Artmed, 2008.